

# MONITOR

Agosto 2021



REPÓRTER  
BRASIL

## “O POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE PERNAMBUCANO”

O décimo primeiro número do Monitor, boletim que divulga os estudos setoriais e de cadeia produtiva da Repórter Brasil, analisa a indústria da moda e da confecção no agreste pernambucano e as condições de trabalho no setor.

# MONITOR #11

## EXPEDIENTE

### EDIÇÃO

Fernanda Sucupira e Marcel Gomes

*“O polo de confecções do agreste pernambucano”*

### PESQUISA E TEXTO

Marina Motoki e André Campos

### FOTOS

Prefeitura de Caruaru (capa, p.07, p.13, p.23 e p.25)

Igor Ojeda (p.03)

Governo de Pernambuco (p.12)

Ministério do Trabalho (p.15 e p.20)

Jeferson Peixoto Secom (p.19)

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elaine Almeida

*Esta publicação foi elaborada no âmbito do projeto Vozes da Moda, realizado por Instituto Ethos, Repórter Brasil e Dieese, com apoio institucional e financeiro da Fundação Laudes.*

## REPÓRTER BRASIL

### ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E PROJETOS SOCIAIS

#### COORDENADOR GERAL

Leonardo Sakamoto

#### SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcel Gomes

#### COORDENADORA FINANCEIRA

Marta Santana

#### ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO

Marília Ramos

#### ENDEREÇO

Rua Amália de Noronha, 151  
Conj. 605. São Paulo - SP  
Brasil CEP 05410-010



REPÓRTER  
BRASIL

#### CONTATOS



biobr@reporterbrasil.org.br



ONGReporterBrasil



@reporterb

(55 11) 2506-6570

(55 11) 2506-6562

(55 11) 2506-6576

(55 11) 2506-6574

# SUMÁRIO

VISÃO DO SETOR	04
SETOR TÊXTIL NO BRASIL	04
ORGANIZAÇÃO DO SETOR E SUSTENTABILIDADE	04
A PANDEMIA DE COVID-19 E O SETOR	05
O POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE PERNAMBUCANO	06
A SULANCA	07
A CADEIA DA MODA	08
A CADEIA DA ABVTEX	08
UM CASO DE TRABALHO ESCRAVO	10
A PANDEMIA DE COVID-19 NO POLO	11
VOZES DA MODA	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
RECOMENDAÇÕES	26

# VISÃO DO SETOR

**1** O setor têxtil é o segundo maior empregador da indústria de transformação nacional e o segundo maior gerador do primeiro emprego.

**2** O maior polo de confecção do Brasil se encontra em São Paulo. No agreste de Pernambuco também se encontra um dos maiores do país.

**3** A etapa de confecção é, frequentemente, realizada por pequenas oficinas de costura terceirizadas, conhecidas como facções, caracterizadas por condições de trabalho precárias, alta informalidade e baixa remuneração.

**4** Os impactos ambientais também têm chamado a atenção de organizações governamentais, sociais e ambientais.

**5** O setor foi um dos mais afetados economicamente pela pandemia de Covid-19.



## SETOR TÊXTIL NO BRASIL

O Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial dos maiores produtores têxteis e é o quarto maior produtor de vestuário do mundo. Em 2019, o setor faturou R\$ 185,7 bilhões, 5,7% de toda a indústria de transformação nacional. Além disso, gerou 1,5 milhão de postos de trabalho diretos e 8 milhões de empregos indiretos, dos quais 75% são ocupados por mulheres<sup>1</sup>.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>2</sup> (IBGE), a confecção de artigos de vestuário e acessórios é responsável por 7,8% dos empregos na indústria, o segundo maior empregador da indústria de transformação nacional, perdendo apenas para o setor de alimentos e bebidas. Também é o segundo maior gerador do primeiro emprego. Há no país cerca de 25,5 mil empresas formais nesse setor.

Ainda, de acordo com a Associação Brasileira de Indústrias Têxteis (Abit), o Brasil é o único país do hemisfério ocidental que contempla todas as etapas produtivas até a venda do produto final ao consumidor. “Só nós ainda temos desde a produção das fibras, como plantação de algodão, até os desfiles de moda, passando por fiações, tecelagens, beneficiadoras, confecções e forte varejo”, diz a entidade. Além disso, o país tem mais de 100 escolas e faculdades de moda e abriga umas das cinco maiores semanas de moda do mundo.

É na região Sudeste, especificamente na cidade de São Paulo, onde se concentra a maior parte das empresas têxteis e de confecção, assim como o maior mercado consumidor. Em seguida, estão as regiões Sul, com destaque para Santa Catarina, e Nordeste, com destaque para Ceará e Pernambuco, onde se encontra um dos maiores polos de confecções do Brasil.

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA)<sup>3</sup>, o Brasil é o quarto maior produtor mundial de algodão, principal fibra utilizada pelo setor têxtil. O país se encontra atrás apenas de China, Índia e Estados Unidos. Porém, ao contrário dos países asiáticos, que consomem internamente a maior parte de sua produção, o Brasil embarca a maior parte de seu algodão para outros países. O aumento da área plantada, atrelado à estagnação do mercado interno, colocou o país na segunda posição entre os maiores exportadores mundiais de algodão, posição ocupada pela Índia até 2019<sup>4</sup>.

Apesar dos números expressivos, em 2020, o setor têxtil e de confecção exportou US\$ 811 milhões (76% correspondem ao setor têxtil e 24% ao de confecção) e importou US\$ 4,33 bilhões (dos quais 62% correspondem ao setor têxtil e 38% ao de confecção), um déficit de US\$ 3,52 bilhões na balança comercial<sup>5</sup>. Em 2019, o déficit foi de US\$ 4,48 bilhões.

Tais números indicam que o país é bastante dependente das importações, principalmente em relação a peças de vestuário e calçados. Os maiores compradores do Brasil são Argentina (US\$ 180 milhões), Estados Unidos (US\$103,9 milhões) e Paraguai (US\$ 80,3 milhões). Por outro lado, a China é de longe o maior fornecedor (US\$ 2,54 bilhões), seguida da Índia (US\$ 267 milhões). Nesse sentido, a maior parte da produção brasileira é dedicada a abastecer o mercado interno, ainda que o país seja “referência mundial em design de moda praia, jeanswear e homewear, tendo crescido também os segmentos de fitness e lingerie”<sup>6</sup>, segundo a Abit.

No entanto, a recessão brasileira também afetou a cadeia têxtil. Entre 2009 e 2018, o setor apresentou queda de 18,6% no número de empregos, o que lhe confere o segundo lugar no ranking de atividades da indústria

de transformação que apresentaram maior queda na ocupação, perdendo somente para a fabricação de produtos de madeira (-21,0%).

Em contraste com a performance econômica do setor, observam-se sérios desafios sociais e ambientais.

## ORGANIZAÇÃO DO SETOR E SUSTENTABILIDADE

De maneira geral, a indústria têxtil é organizada em três macroetapas produtivas: 1) produção da matéria-prima (fibras têxteis sintéticas e naturais); 2) transformação da matéria-prima em fios, tecidos/malhas, estamparia e tingimento, confecção e aviamentos; 3) e, por fim, a comercialização do produto final. Além dessas três etapas, a indústria da moda engloba também uma prévia de desenvolvimento do produto, durante a qual são definidas suas características centrais, e a preparação para a etapa de transformação da matéria-prima.

A indústria de confecções tem uma cadeia produtiva bastante fragmentada, composta por atravessadores que acabam subcontratando e terceirizando a produção das peças de vestuário para inúmeros microempreendimentos, produtores individuais ou pequenas empresas. Conhecidas como fábricas, essas oficinas, muitas vezes de base familiar, operam no ambiente doméstico ou em locais com condições de trabalho inadequadas e contam com mão de obra informal para cumprir o contrato de fornecimento de peças.

Os trabalhadores informais recebem por peça costurada, o que os obriga a enfrentar longas jornadas de trabalho e a receber remunerações nem sempre dignas. Além disso, todo o custo da produção, como compra de máquinas, pagamento de luz e aluguel, é transferido para a facção contratada.

A indústria do vestuário nem sempre se organizou dessa maneira. O modelo atual está ligado a uma reestruturação ocorrida a partir da década de 1990, quando se intensificaram a entrada de produtos asiáticos com preços mais atrativos, a rotatividade dos produtos nas prateleiras e o ritmo de produção. Com isso, muitos fabricantes brasileiros se viram pressionados a reduzir os custos de produção para garantir a sobrevivência do negócio diante da alta competitividade entre as empresas.

Como ocorre na subetapa de produção de roupas em que se emprega mão de obra de maneira intensiva, o preço pago pelo trabalho realizado é determinante para o preço final do produto. Dessa maneira, essas etapas de fabricação foram terceirizadas a pequenas oficinas com condições de trabalho precárias<sup>7</sup> e, em alguns casos, configurando-se como trabalho escravo contemporâneo.

Não por acaso, uma pesquisa com consumidores encomendada pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) aponta que 41% deles já ouviram falar do envolvimento da indústria ou varejo têxtil e da moda com traba-

lho forçado, 38% com exploração e más condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores, 31% com exploração de migrantes e refugiados e 28% com trabalho infantil.

O modelo atual, conhecido como fast-fashion, demanda uma produção ágil, com grande quantidade e variedade de produtos para diferentes gêneros, idades e a partir de múltiplas referências de moda atuais a preços acessíveis. Se, por um lado, esse conjunto de fatores impõe um ritmo de trabalho intenso na confecção de baixa remuneração e em condições precárias, por outro, gera uma quantidade imensa de resíduos sólidos que, em sua maioria, irão para aterros ou serão incinerados.

No que diz respeito aos problemas ambientais, a indústria têxtil e de vestuários é a segunda mais poluente, perdendo apenas para a indústria do petróleo. O cultivo do algodão<sup>8</sup>, principal fibra utilizada pela indústria da moda, ocorre com uso intensivo de água, fertilizantes e agrotóxicos. No Brasil, por exemplo, o algodão é a quarta cultura que mais consome agrotóxicos, especialmente o glifosato e o acefato, com alto potencial carcinogênico.

“Estima-se que se aplicam, em média, 28 litros de pesticidas por hectare de algodão, o que corresponde a cerca de 42% do custo de produção da fibra. Culturas como soja, arroz e milho consomem, respectivamente, 12 L/ha, 10 L/ha e 6 L/ha”, aponta o relatório Fios da Moda: Perspectiva Sistêmica Para Circularidade<sup>9</sup>, elaborado pela Modéfica, em parceria com o Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a consultoria Regenerate Fashion.

Além do algodão, o poliéster e a viscose são outros tecidos bastante usados pela indústria da moda. O primeiro, por ser produzido a partir do petróleo, causa maior impacto em relação às mudanças climáticas. Já a viscose, por ser proveniente da celulose, requer tanto uso de água como de energia, por ser uma fibra mista. Além disso, “cerca de 30% da viscose vêm de árvores de florestas nativas e ameaçadas de extinção, incluindo a Amazônia, que põe em risco não só o ecossistema natural nativo, mas também as etnias dessas regiões”, aumentando os riscos de conflito por terras e a violência no campo<sup>10</sup>, aponta o estudo.

### Ranqueamento qualitativo das fibras de algodão, poliéster e viscose em relação aos impactos ambientais associados.

	ALGODÃO	POLIÉSTER	VISCOSE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS			
CONSUMO DE ÁGUA			
TOXICIDADE			
USO DA TERRA			
USO DA ENERGIA			
LEGENDA	MAIOR	MÉDIO	MENOR

Impactos ambientais relacionados ao algodão, poliéster e viscose (Fonte: Modéfica, FGVces e Regenerate).

Devido aos diversos problemas que se acumulam e se desdobram ao longo da cadeia da indústria têxtil e da moda, o modelo de produção atual vem sendo questionado, tanto por consumidores como por organizações sociais e ambientais, sindicatos e órgãos públicos de fiscalização, colocando em risco a sustentabilidade da atividade. Devido à pressão desses grupos, e aos impactos econômicos gerados em decorrência da ligação da marca a casos de violações trabalhistas, de direitos humanos e ambientais, é cada vez maior o número de empresas que têm se preocupado em garantir que a produção seja realizada de modo sus-

tentável. Apesar disso, o número ainda é muito pequeno frente ao tamanho do setor.

## A PANDEMIA DE COVID-19 E O SETOR

Em 2020, o setor foi duramente afetado pela pandemia da Covid-19. Segundo dados do IBGE e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados da Secretaria do Trabalho, em 2020, a produção têxtil teve queda de 9% em relação ao ano anterior. Já a produção de vestuário apresentou queda de 24% e o varejo de 21%. No primeiro

semestre, o setor chegou a perder 70,9 mil postos de trabalho formais. No final do ano, porém, conseguiu recuperar quase a metade, fechando o ano com uma perda de 39 mil postos.

Por conseguinte, a balança comercial também foi afetada: foram 13% de toneladas a menos de têxteis e confeccionados e, na exportação, uma redução de 7,4% nas toneladas de produtos têxteis, vestuários e calçados. Já a importação de vestuário apresentou queda de 25,73%. Segundo o índice Cielo do Varejo Ampliado, de março a agosto, no setor do varejo houve uma queda de 56%.

### Produção do setor têxtil

Valores (R\$ bi)	2018	2019	2020
Produção <sup>11</sup>	195,1	205,2	173,4
Faturamento <sup>12</sup>	244,3	247,2	200,6

(Fonte: Inteligência de Mercado – IEMI/2020<sup>13</sup>)

Ainda, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre os pequenos negócios dos três grandes setores (comércio, serviços e indústria), a moda foi o terceiro segmento mais vulnerável à crise do coronavírus, perdendo apenas para o varejo tradicional e a construção civil<sup>14</sup>. Se considerarmos apenas o setor industrial, a moda sobe para o segundo lugar. Em fevereiro de 2021, 85% dos empresários registraram queda no faturamento mensal, número superior ao registrado em abril de 2020 (79%)<sup>15</sup>.

Com o fechamento do comércio, muitas empresas suspenderam de maneira abrupta os contratos de fornecimento junto aos seus fornecedores. Consequentemente, a diminuição da demanda levou fiações, malharias, te-

celagense confecções a pararem totalmente a sua produção.

Alguns dos grandes varejistas conseguiram manter os contratos, já que sua capacidade financeira é maior, além de terem políticas de responsabilidade social junto aos seus fornecedores. Porém, a grande maioria dos varejistas não tem o mesmo fôlego financeiro e acabou suspendendo do dia para a noite os contratos, ainda que a fabricação já estivesse em andamento. Como a produção de vestuários e têxteis se organiza em uma cadeia bastante fragmentada, cujo fim do elo é bastante vulnerável, essas negociações são feitas em condições de extrema desvantagem, onerando excessivamente uma parte em detrimento de outra. Assim, o prejuízo acabou impactando em maior grau as fábricas e seus

funcionários, principalmente aquelas que utilizam mão de obra informal.

No entanto, diante do novo cenário imposto pela pandemia, algumas iniciativas para estimular a produção e promover a sobrevivência de empresas e trabalhadores foram colocadas em prática. A principal delas foi converter a produção para a fabricação de equipamentos de proteção individual, como máscaras de tecidos, aventais, luvas, protetores de pés e toucas, entre outros. Um exemplo é o programa “Máscara para Todos”<sup>16</sup>, promovido pelo Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confeccões de Pernambuco (NTCPE) e apoiado pelo Governo do Estado. O setor têxtil de Pernambuco é muito importante para o estado e muitos municípios dependem quase que exclusivamente da atividade.

# O POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE PERNAMBUCANO

**1** Destacam-se as cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, conhecida como a capital do jeans.

**2** A Feira da Sulanca, que atrai milhares de pessoas todos os anos, se caracteriza por vender peças de roupas copiadas de grandes marcas a preços baixíssimos.

**3** A maior parte da produção é realizada no âmbito doméstico, o que dificulta a fiscalização das condições de trabalho.

**4** As mulheres são as maiores responsáveis pela produção das peças, sendo comum o envolvimento de crianças e adolescentes na atividade.

**5** Os baixos preços praticados são possíveis graças à alta taxa de informalidade, tanto da produção como da venda. São esses dois fatores que sustentam a expansão do polo.



Um dos maiores polos de confecções do Brasil se encontra no agreste de Pernambuco. Formado por 12 a 15 municípios da região, o polo é um aglomerado de 15 a 18 mil micro e pequenas empresas têxteis, além de iniciativas comerciais, muitas delas de base familiar e informais. Segundo a Agreste Tex<sup>17</sup>, o polo de confecções do agreste pernambucano é responsável por 15% da produção nacional de peças de vestuário, gera cerca de 140 mil empregos diretos e indiretos e é responsável por um faturamento de R\$ 6 bilhões ao ano.

Incentivadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no final da década de 1970, as indústrias se instalaram inicialmente nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, respectivamente, atraídas pelo baixo custo da mão de obra. Com as condições precárias para a agricultura, a nova atividade trouxe uma alternativa de sobrevivência para a população agrestina. As peças de vestuários, vendidas em feiras, eram confeccionadas a partir de retalhos de tecidos das indústrias de confecção de Recife e São Paulo e, por isso, ganharam o nome de *sulanca* (helanca é um tipo de tecido produzido no sul do país), o que permitia a venda a preços populares. As vendas aconteciam nas ruas, e o baixo preço das peças acabou atraindo um contingente cada vez maior de pessoas da região e de outras partes do país, em busca de oportunidades de renda a partir da comercialização em seus municípios de origem.

Dados do IBGE indicam que o dinamismo econômico impulsionou a migração para os municípios da região, principalmente Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, os principais produtores de têxteis da região. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco (Sebrae/PE), enquan-

to o Brasil apresentou um aumento de 42% na sua população entre 1991 e 2018, Caruaru teve um aumento de 67,6%<sup>18</sup>. Por sua vez, Toritama teve um aumento de 102,7% na sua população<sup>19</sup> entre 2000 e 2017.

Além disso, entre 2000 e 2010, o PIB da região do agreste cresceu 2,2 vezes mais rápido do que o do país e 2,4 vezes mais rápido que o do Nordeste e de Pernambuco. Em 2010, os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru foram os que apresentaram o menor percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo na região do agreste central e setentrional, 32,72%, 34,54% e 35,1%, respectivamente. A indústria foi o setor que apresentou maior taxa de crescimento entre 2002 e 2015, sendo o segmento de confecção de peças de vestuário o maior empregador: em 2016 havia 11.793 empregos formais.

Hoje, estima-se que o polo fabrique 43 mil toneladas de têxteis por ano e 225 milhões de peças de confecções. A produção é vendida principalmente para sacoleiras, feirantes e atacadistas provenientes sobretudo da região Nordeste e Norte. Os dados oficiais divulgados pelo Ministério da Economia confirmam que as exportações são praticamente inexistentes no polo – representaram menos de US\$ 240 mil em 2019.

As roupas são predominantemente cópias de grandes grifes, só que de baixo custo. Nos últimos anos, porém, têm surgido empresas que apostam no desenvolvimento de marcas próprias e de produtos que buscam ditar tendências de moda, de melhor qualidade, mas com preços mais acessíveis do que o das grandes marcas.

Apesar do expressivo desenvolvimento econômico impulsionado pelo setor, o polo apresenta altos índices

de informalidade de empresas de confecção. Segundo outro estudo realizado pelo Sebrae/PE<sup>20</sup>, em 2013, 80% das unidades produtivas eram informais e, portanto, não tinham funcionários com carteira assinada. A taxa de informalidade foi ainda maior nas fábricas ou, como menciona o estudo, empresas complementares.

Os dados do Sebrae também apontaram um significativo aumento da formalização entre 2002 e 2012. Em entrevistas recentes feitas pela Repórter Brasil com diversos atores presentes no polo, no entanto, há uma percepção de aumento da informalidade nos últimos anos, principalmente por conta da crise econômica brasileira.

Já de acordo com o SmartLab do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Ministério Público do Trabalho (MPT), as taxas de informalidade em Caruaru eram de 23,9%; em Santa Cruz do Capibaribe, de 39,8%; e, em Toritama, chegavam a 57,3% (dados de 2010). Em 2018, mais de 134,7 mil pessoas desses municípios eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2019 apontam que os números de empresas formalmente estabelecidas e de contratos de trabalho com carteira assinada na região também são os maiores do estado. Das 4.087 empresas de têxteis e de vestuários com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) no estado, 3.239 se encontram na região do agreste pernambucano, o que corresponde a 79,25%. Entre os 23.955 trabalhadores contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 16.458 estão lá, ou seja, 68,7%. Os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama destacam-se como os principais produtores da região.

## Número de Celetistas

Cidade	Confecção de artigos do Vestuário e Calçados	Mulheres	Homens	Fabricação de produtos têxteis	Mulheres	Homens	Total
Caruaru	5.099	3.052	2.047	1.559	249	702	6.658
Santa Cruz do Capibaribe	4.263	1.853	2.410	258	32	226	4.521
Toritama	1.283	442	841	706	54	652	1.989
Taquaritinga do Norte	738	281	457	71	30	41	809
Surubim	550	307	243	27	13	14	577
Cupira	221	85	136	104	60	44	325
Riacho das Almas	208	50	158	9		9	217
Brejo da Madre de Deus	156	83	73	12	-	12	168
Altinho	101	83	39	-	-	-	101
Vertentes	54	18	36	72	2	70	126
<b>Total da região</b>	<b>12.673</b>	<b>6.254</b>	<b>6.440</b>	<b>2.818</b>	<b>440</b>	<b>1.770</b>	<b>15.491</b>
Recife	2.316	1.827	491	359	224	135	2.675
<b>Total PE</b>	<b>18.005</b>	<b>10.269</b>	<b>7.736</b>	<b>5.950</b>	<b>1.624</b>	<b>4.326</b>	<b>23.955</b>

(Elaboração própria. Fonte: RAIS 2019 – Ministério do Trabalho e Previdência)

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

**1** Mesmo no mercado formal, a maioria (75,34%) das indústrias têxteis e de confecções em Pernambuco são microempresas com até quatro funcionários;

**2** As mulheres ocupam 57% dos postos de trabalho formais em

confecções; já os homens ocupam 72,7% dos postos formais na fabricação de produtos têxteis;

**3** Apenas 4,4% dos trabalhadores no setor têm ensino superior completo ou incompleto. A maior parte (60,7%) tem ensino médio completo;

**4** O estado é o maior polo produtor de jeans do país, responsável por 9,5% do valor de produção nacional, com destaque para a cidade de Toritama, conhecida como a capital do jeans.

## A SULANCA

Como mencionado anteriormente, as pequenas confecções que abastecem as sacoleiras e as feiras da região são a maioria dos empreendimentos. É também nesse segmento, popularmente conhecido como a cadeia da Sulanca, que se concentram os maiores índices de informalidade do arranjo produtivo local. Mesmo entre as registradas, parte considerável tem apenas uma fachada de formalização.

Segundo o Sebrae, há duas principais estratégias utilizadas para se chegar a uma espécie de “informalidade formal”. Uma é o confeccionista regularizar apenas sua loja na cidade ou no centro comercial, passando a ter um número de CNPJ e as correspondentes inscrições nas fazendas estadual e municipal. A parte fabril de seus negócios próprios, no entanto, segue sendo realizada sem formalização fiscal ou trabalhista.

A segunda possibilidade é a empresa industrial formal terceirizar, para grande parte de suas necessidades, os serviços para fábricas que utilizam mão de obra informal. Isso é justamente o que se verificou no caso de trabalho escravo flagrado no polo em 2013 (o episódio será abordado adiante).

Segundo Fredi Maia, ex-presidente do NTCPE, a maior parte da produção do polo está voltada para cópias de tendências da moda por um preço mais atrativo, e não para desenvolver tendências. Todo o modelo de negócio é baseado no menor custo possível, que só é obtido devido à informalidade do setor, já que não há o pagamento de encargos e direitos trabalhistas, de impostos e, tampouco, o cumprimento

de normas ambientais. Dessa maneira, fica quase impossível melhorar o ambiente de trabalho, investir na qualidade do sistema produtivo, e desenvolver o modelo de negócios, pois implica passar o preço para o produto.

Além disso, há na região uma cultura da informalidade muito forte, o que dificulta a sustentabilidade do negócio, uma vez que, para tal, seria necessário investir em infraestrutura, capacitação técnica, modernização de maquinários, formalização, publicidade e canais de venda. O “DNA empreendedor”, como muitos habitantes dizem, é motivo de orgulho para boa parte da população local. O fato de Santa Cruz do Capibaribe ter sido o único município de Pernambuco em que o presidente Jair Bolsonaro venceu nos dois turnos da eleição presidencial, sob o lema “menos direitos, mais empregos”, serve como um termômetro para mensurar em que grau a cultura do empreendedorismo está presente.

O principal argumento para a defesa da informalidade está nos altos custos dos encargos trabalhistas, incompatíveis com o rendimento mensal das fábricas. Dependendo da quantidade de máquinas e de pessoas da família que se engajam na fabricação, a produção informal acaba pagando mais do que o salário pago pelas empresas. Além disso, mesmo os trabalhadores que atuam no setor de serviços ou público e têm carteira assinada, também acabam costurando peças para complementar a renda familiar.

Assim, forma-se um círculo vicioso em que a expansão do polo acontece, em parte, devido ao não pagamento de

impostos, direitos e encargos trabalhistas e, por outro lado, limita a produção de peças de maior qualidade e valor agregado. A informalidade também acaba se constituindo em uma estratégia para evitar vínculos empregatícios e problemas com a Justiça do Trabalho.

Por outro lado, na tentativa de obter o maior ganho possível, os trabalhadores, em sua maioria mulheres, chegam a se submeter a 14 horas de trabalho diárias, já que o pagamento é realizado por peça costurada. Isso implica condições de trabalho que colocam em risco a saúde e a segurança dos trabalhadores, que não possibilitam férias remuneradas e contribuição para a aposentadoria. Somados a isso, o grande contingente de pessoas que realizam o serviço e a baixa qualificação necessária para o trabalho, atrelados ao pouco acesso a itens e serviços essenciais, fazem com que o preço pago por peça fique aquém do valor justo.

Além das fábricas informais, também são muito comuns processos de terceirização e quarteirização para pessoas, principalmente mulheres, que realizam etapas da produção – costura, bordado, limpeza de linhas e fiapos, etc. – em suas próprias casas. Um estudo realizado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e pelo Instituto C&A aponta que 70% das costureiras autônomas chegavam a ganhar um salário mínimo por mês e 38% delas recebiam 250 reais<sup>21</sup>. Essas mulheres, em sua maioria negras e com filhos, ainda têm que arcar com os custos da produção, como maquinário e eletricidade.

# ENTRE OS DIVERSOS PROBLEMAS TRABALHISTAS ASSOCIADOS

## A ESSES ARRANJOS INFORMAIS ESTÃO:

**1** A alienação do acesso a benefícios atrelados à carteira assinada, como, por exemplo, licença maternidade, auxílio-doença, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e seguro-desemprego;

**2** A prática de longas jornadas de trabalho para maximizar a remuneração, tendo em vista o baixo valor pago – em diversos contextos

e, especialmente, em momentos de diminuição de demanda como o atual – por peça costurada;


**3** A imposição da dupla jornada – trabalho remunerado e doméstico – principalmente no caso das mulheres;

**4** A falta de acesso a equipamentos de proteção individual e a condi-

ções laborais adequadas de saúde, ergonomia e segurança;

**5** A falta de contribuição previdenciária e, por consequência, a perspectiva de não se aposentar nunca;

**6** O envolvimento de membros da família, incluindo crianças e adolescentes, nas atividades de produção (trabalho infantil).



Segundo Milena Prado, economista e técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o fato de o trabalho acontecer no ambiente doméstico contribui para que se mantenha invisibilizado e, consequentemente, pouco valorizado, com políticas dirigidas à sua regularização, proteção social e que garantam condições adequadas para sua execução.

Além disso, o fato de o trabalho estar pulverizado e de as costureiras permanecerem elevado tempo na frente das máquinas contribuem para que não haja qualquer tipo de engajamento em discussões políticas sobre o mundo do trabalho, sobre formas de organização coletiva, articulação com organizações de mulheres e contato com as secretarias de políticas públicas para as mulheres dos municípios.

Ainda, de acordo com a economista, em Caruaru, mais de 40% das

mulheres são trabalhadoras por conta própria e, em Santa Cruz do Capibaribe e em Toritama, mais de 80% delas não contribuem para a previdência social.

Se, por um lado, o trabalho informal dentro de casa está atrelado a todos esses problemas, por outro, tem um aspecto de conveniência para a mão de obra feminina da região. Isso porque, em muitos casos, permite melhor adequação à realidade de dupla jornada que recai sobre as mulheres: o trabalho remunerado na costura e os cuidados com a casa e a família.

A carência de serviços públicos adequados na região, como as creches, também contribui, nesse contexto, para que muitas costureiras restrinjam seu papel na cadeia produtiva ao trabalho informal e terceirizado. Isso não significa, no entanto, que o trabalho formal não seja percebido pelas mulheres como algo vantajoso, tanto

pelos direitos trabalhistas quanto pela estabilidade no pagamento.

Na ponta final dos negócios, o público comprador das feiras – em grande medida formado pelas chamadas “sacoleiras” – fecha o ciclo de informalidade que caracteriza todas as etapas da cadeia produtiva, ligando a fabricação de roupas no polo ao consumidor final.

De acordo com o estudo realizado pela consultoria Inteligência de Mercado (IEMI), a maior parte (62%) das vendas de roupa no polo tem como público-alvo pessoas pertencentes à classe C. A classe B é o segundo principal segmento, representando 24% das vendas.

Trabalhando fundamentalmente com um público consumidor de poder aquisitivo intermediário, os varejistas e atravessadores atrelados aos negócios do polo mais uma vez ressaltam que o preço baixo é um fator central para manter a viabilidade do arranjo produtivo local.

## DEPOIMENTO DE UMA SACOLEIRA:

“Eu venho de Jacaraú (PB). Tenho um pequeno comércio, na minha casa mesmo. Adaptei um quarto para expor os produtos. Os clientes são as pessoas lá do bairro. Já faz 15 anos que esse é o meu ganha-pão.

Eu só compro roupas aqui em Caruaru. Venho de 15 em 15 dias, às vezes de mês em mês. Agora que as vendas estão ruins estou vindo de dois em dois meses. Gasto uma média de 2 mil a 3 mil reais por viagem.

Nós saímos de lá no domingo, às 2h da tarde. Chegamos às 7h da noite.

Venho eu e mais três ou quatro colegas, numa caminhonete com um reboque de carga para levar os produtos de volta. A gente dorme aqui no estacionamento, até a feira abrir na segunda. O motorista coloca uns colchonetes no reboque. Quando tem vaga para mim, eu deito. Mas quando vêm muitos passageiros, eu durmo sentada dentro do carro.

A maior parte das minhas compras são por encomenda. Eu trago uma listinha com os pedidos das minhas clientes. Escolho com base no preço e na

qualidade. Tem alguns boxes que eu já conheço e sempre frequento, mas não tenho fornecedor fixo. Onde estiver mais barato, a gente vai comprando. Uma peça que eu pago R\$ 45 aqui, por exemplo, eu vou vender por R\$ 70. Mas faço muita venda a fiado e a gente sempre arrisca não receber.

Na minha cidade só tem emprego na prefeitura. Ou são concursados ou então gente apadrinhada que os políticos contratam. Então a gente tem que achar algum outro meio de sobreviver.”

*Fonte: “O polo de confecções do agreste. Cadeia produtiva e realidade trabalhista.”  
Repórter Brasil, 2018.*

## A CADEIA DA MODA

**1** Investimentos no processo produtivo têm sido feitos por um pequeno número de empresas, visando produtos com mais qualidade e a inserção no mercado local e nacional;

**2** Eventos de negócios de moda são promovidos na região, com o objetivo de alcançar maior projeção das marcas no mercado nacional;

**3** É possível encontrar roupas de marcas da região em alguns grandes varejistas e plataformas de e-commerce nacional;

**4** Apesar das melhorias das condições de produção, e até mesmo internalização de alguns processos que antes eram terceirizados, houve casos

de irregularidades em subcontratadas de grandes empresas;

**5** Os altos custos de manter a carteira assinada e a tributação elevada são apontados como os maiores motivos para terceirizar a produção e reduzir os custos.



## PANORAMA GERAL

Para além do universo da Sulanca, há também no polo do agreste um número incipiente de empresas que procuram uma inserção diferenciada no mercado de roupas. Trata-se de um segmento que ambiciona a construção de marcas de moda reconhecidas regionalmente, ou, até mesmo, em nível nacional, não apenas pelo preço, mas também pelo design e pela qualidade.

Por meio de investimentos em melhores processos produtivos, esse grupo de empresas quer adicionar valor agregado à produção, oferecendo roupas com o preço final mais elevado e destinadas a um público consumidor de maior poder aquisitivo. Além disso, elas também trabalham com a possibilidade de inserção em novos mercados e, conseqüentemente, de aumentar o volume de produção.

O principal exemplo entre essas confecções é a Rota do Mar, sediada em

Santa Cruz do Capibaribe. Fundada em 1996, ela tem hoje uma posição consolidada entre as maiores indústrias de confecções do Nordeste. A marca, dedicada à moda masculina e feminina de surf e streetwear, vende não só através de lojas próprias no polo do agreste, como também da grande maioria das confecções locais. Também comercializa via e-commerce, lojas multimarcas no Norte e Nordeste e uma rede de revendedores com penetração nacional.

*Há outras confecções do polo que buscam trilhar caminho semelhante. São exemplos:*

*Scaven* (<https://www.instagram.com/usescaven/?hl=pt-br>)

*Marands* (<http://marands.com.br/>)

*Ekwos* (<http://ekwos.com.br/>)

*Acqualara* (<https://www.instagram.com/acqualara/?hl=pt-br>)

*Red Life* ([https://www.instagram.com/redlife\\_clothing/?hl=pt-br](https://www.instagram.com/redlife_clothing/?hl=pt-br))

*Brytch* (<http://www.brytch.com.br/>)

*Galzoni* (<https://pt-br.facebook.com/galzonijean/>)

*Medida Certa* (<https://www.instagram.com/usemedidacerta/?hl=pt-br>)

*Camboriu* (<http://usecamboriu.com.br/>)

*Joggofi* (<http://www.joggofi.com.br/>)

*Del Hira* (<https://www.delhira.com.br/>)

## INSERÇÃO NO MERCADO NACIONAL

A Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (Acic) junto com o Sebrae realiza há 15 anos a Rodada de Negócios da Moda Pernambucana, com o objetivo de promover oportunidades de negócios e interação entre empresas compradoras e expositores, de acordo com suas necessidades. O evento ocorre duas vezes ao ano e conta com a participação de grandes varejistas, o que atrai centenas de expositores com a perspectiva de fornecer mercadorias para esse segmento e ganhar capilaridade no mercado nacional.

Isso exige que as empresas invistam cada vez mais na melhoria de seus processos produtivos, já que padrões mais altos de qualidade são exigidos, além do cumprimento de obrigações trabalhistas e ambientais.

Em 2020, devido à pandemia, o evento foi reduzido e, mesmo assim, alcançou a cifra de R\$ 7,2 milhões em negócios durante três dias.

Um sinal de que cada vez mais o polo tem se modernizado é a criação de uma plataforma B2B (business to business) de e-commerce para manter o mercado aquecido durante as rodadas. A iniciativa foi lançada em 2019, mas foi também uma grande aliada para a participação remota de expositores e compradores durante os períodos de distanciamento social. A expectativa era de movimentar R\$ 40 milhões em negócios no primeiro ano de atuação.

A Repórter Brasil identificou alguns exemplos de marcas do agreste que têm suas roupas vendidas por líderes no varejo e-commerce de moda:

**1** Grupo B2W (Submarino, Shoptime e Americanas, entre outros) – com faturamento de R\$ 10,5 bilhões em 2016, é a maior empresa de e-commerce do país. Comercializa ou já co-

mercializou itens da Acqualara (Santa Cruz do Capibaribe) e da Ekwos (Santa Cruz do Capibaribe).

**2** Dafiti Group (Dafiti, Tricae e Kanui) – 9º maior grupo de e-commerce em atuação no país, e o segundo maior entre os especializados somente em vestuário. Comercializa ou já comercializou roupas da Rota do Mar (Santa Cruz) e da Scaven (Caruaru).

## CONDIÇÕES TRABALHISTAS E TERCEIRIZAÇÃO

A necessidade de investir em qualidade afeta a organização fabril das marcas interessadas em atuar na “cadeia da moda”. A contratação de mão de obra própria surge como uma alternativa, nesse cenário, para aumentar o controle de qualidade do produto. Isso significa que há uma tendência, em alguns contextos, de internalizar ao menos etapas da produção nesse segmento específico do polo.

Isso não significa que, em muitos casos, tais empresas deixem de terceirizar segmentos do negócio, inclusive para facções de costura. Violações de direitos trabalhistas já foram flagradas até mesmo na cadeia fornecedora da Rota do Mar e da Scaven, provavelmente as duas marcas mais conhecidas na incipiente cadeia da moda do agreste.

Em 2016, o Ministério Público do Trabalho (MPT) instaurou investigação relacionada às condições laborais na cadeia produtiva da Scaven. O órgão constatou uma série de irregularidades numa facção de costura ligada à marca.

“O FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] não era recolhido corretamente, havia atraso no pagamento de salários. A empresa ia fechar e não ia ter condições de indenizar corretamente os empregados”,

citou o procurador José Adilson Pereira da Costa. “Empresas que fornecem totalmente para um só cliente, na hora em que se deixa de fazer o pedido, ficam sem produzir e acabam fechando”, explicou.

Uma investigação da cadeia da Rota do Mar, iniciada em 2014, constatou problemas semelhantes. O MPT identificou que a empresa terceirizava etapas do trabalho a cerca de 300 pessoas, distribuídas em 10 empresas.

Por conta disso, ambas as marcas – Rota do Mar e Scaven – assinaram Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPT, prevendo a contratação de empregados para tarefas que eram antes terceirizadas. No caso da Rota do Mar, segundo a própria empresa, houve a contratação de mais 400 pessoas, para além dos 500 funcionários que a indústria já empregava.

O TAC teve como base jurídica a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que vetava a terceirização da atividade-fim de empresas – algo que, no Brasil, sempre deu margem a questionamentos jurídicos sobre a legalidade de contratos firmados com facções de costura. Esse tipo de impedimento, no entanto, deixou de vigorar, primeiro, com a aprovação da Lei da Terceirização pelo Congresso em 2016 e, depois, com a Reforma Trabalhista de 2017.

Questionado pela Repórter Brasil, o procurador José Adilson Costa afirmou que o monitoramento do órgão não apontou violação do TAC. E que, mesmo com a reforma trabalhista, as empresas não manifestaram desejo de reverter o processo de internalização. “A Rota do Mar chegou a me procurar com dúvidas sobre isso, mas deu a entender que não tinha interesse em voltar as coisas ao jeito que eram”, afirmou. Já a Scaven ingressou no quadro societário de facções que abasteciam a marca, incorporando-as ao seu grupo econômico.

Segundo Costa, os motivos que levam as empresas do polo a terceirizar vão da tributação menor ao barateamento da produção. “As empresas crescem se dividindo. Sai mais barato, pois um grupo organizado de trabalhadores exige seus direitos. E muitas vezes a produção é feita dentro de sítios, escondida”.

Para Praxágoras Martins, advogado do Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecção de Roupas de Caruaru (Sincrocar), a Reforma Trabalhista fez com que empresas formalizadas passassem a produção para a facção. Para ele, a concorrência acaba sendo desleal para o empresário que formaliza, já

que as pequenas facções cobram centavos por peça produzida. Além disso, a não-obrigatoriedade de pagamento da contribuição sindical enfraqueceu o poder de fiscalização e de suporte aos trabalhadores dos sindicatos.

## POSIÇÃO DA INDÚSTRIA

Em nota à Repórter Brasil, a Rota do Mar informou que o TAC foi ajustado, “por meio de termo Aditivo, às novas realidades legislativas que permitem a terceirização dentro da atividade-fim da empresa”. Também mencionou que “investe constantemente em qualidade de vida, no bem-estar, na formação e na melhoria da infraestrutura e condições de trabalho dos seus colaboradores” e que, como princípio,

defende a proteção e os direitos dos trabalhadores” além de acompanhar sistematicamente o que a Lei Trabalhista determina junto a todos os seus fornecedores.

A Repórter Brasil conversou com a Scaven por telefone. A empresa afirmou que entrou no quadro societário das facções para garantir que as relações trabalhistas estivessem de acordo com a legislação assim como a questão

tributária. Atualmente, a empresa faz o monitoramento das facções que produzem para a marca por meio do registro contábil e tributário e por visitas surpresa para fiscalizar tanto as condições de trabalho como a qualidade da produção.

## A CADEIA DA ABVTEX

**1** Programas de certificações são importantes mecanismos para controle da cadeia produtiva, mas não impedem a ocorrência de violações trabalhistas;

**2** O poder de negociação entre tomadores de serviços e as oficinas de costura são bastante desiguais,

deixando estas à mercê dos contratantes;

**3** A responsabilidade pelos passivos trabalhistas costuma ficar a cargo das oficinas, mesmo quando o tomador de serviços suspende ou altera o contrato, levando-as a contrair dívidas trabalhistas;

**4** Os custos para se obter uma certificação são elevados e as exigências são incompatíveis com a capacidade financeira da maioria dos empreendimentos do polo;

**5** Houve um flagrante de trabalho escravo no polo em 2013.



## PANORAMA GERAL

A Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) congrega as maiores redes nacionais e internacionais de moda atuando no país – C&A, Calvin Klein, Carrefour, Hering, Dafiti Group, Forever 21, GEP, GPA, InBrands, Leader, Loungerie, M5, Marisa, Netshoes, Pernambucanas, Renner, Reserva, Restoque, Riachuelo, Soma, Via Veneto, Walmart, Zara e Zelo. As vendas dos membros da entidade respondem por aproximadamente 25% do mercado brasileiro.

Um conjunto de 87 grifes, que inclui os associados da ABVTEX e outras marcas de abrangência nacional, integra hoje o programa de certificação da entidade. Ao aderirem ao programa, varejistas assumem o compromisso de monitorar 100% de sua cadeia fornece-

dora e somente adquirir produtos de empresas aprovadas em auditorias.

Por conta disso, é razoável presumir que a inserção do sistema ABVTEX em determinados polos de costura, como o polo do agreste, pode induzir a um aumento da formalização e a uma maior regulamentação trabalhista em cadeias de fornecimento.

## PROBLEMAS TRABALHISTAS

A certificação ABVTEX, no entanto, não elimina os riscos de violações trabalhistas e de direitos humanos. Em duas ocasiões distintas, fiscais do extinto Ministério do Trabalho<sup>22</sup> já flagraram, em São Paulo, trabalhadores imigrantes submetidos à escravidão

moderna em oficinas de costura certificadas pela ABVTEX. Os casos envolveram as cadeias de fornecimento da Renner e da Hippyck Moda Infantil.

Para além do trabalho escravo, fornecedores certificados que abastecem grandes marcas também enfrentam outros tipos de problemas trabalhistas – em grande medida, ligados à questão sustentável sustentabilidade econômica dos arranjos produtivos nos quais estão inseridos. Dependentes do tomador de serviços, muitas empresas quebram e deixam passivos trabalhistas quando o relacionamento comercial é interrompido.

Uma reportagem publicada pela Repórter Brasil em 2015, no polo de confecções do sertão do Rio Grande do Norte (RN), dá uma dimensão dessa realidade:

## DONOS DE OFICINAS PEGAM EMPRÉSTIMOS PARA PAGAR DIREITOS TRABALHISTAS

*Por André Campos, de Seridó, Rio Grande do Norte | 22/12/15*

Obrigados a cumprir metas e prazos ditados pelas marcas, donos das oficinas contraem dívidas e acabam fechando as portas – muitas vezes sem acertar com os trabalhadores

A poucas semanas do Natal, a Repórter Brasil visitou a região do Seridó e conversou com sete donos de oficina, todos fornecedores da Hering ou do grupo Riachuelo. Três relataram terem feito ou estarem na iminência de fazer empréstimos bancários para pagar o 13º salário dos funcionários. “Este ano nós estamos lutando para fechar as contas empatadas”, revela um deles, que já demitiu parte dos funcionários e pediu para não ter o nome revelado. As dificuldades enfrentadas, diz, devem-se ao fato de a Hering – seu único

cliente – ter reduzido em 25% a quantidade de peças que encaminhava para serem costuradas na sua facção.

Em novembro, uma vistoria do Ministério Público do Trabalho (MPT) já vislumbrava sinais de crise no setor. Segundo nota do MPT, os donos dessas oficinas relataram as dificuldades financeiras para pagar salários, 13º e férias, “já que o preço das peças, fixado pelas contratantes, não tem sido suficiente para cobrir os custos operacionais”.

Fundadas para atender poucos clientes, oficinas de costura no Seridó acabam reféns dessa situação: têm pouca margem para barganhar preços, estão sujeitas a variações bruscas de demanda, e, do dia para a noite,

podem ver os varejistas encerrarem unilateralmente o relacionamento comercial. Quando isso acontece, grande parte fecha as portas sem ter dinheiro em caixa para pagar salários e verbas rescisórias. O resultado, no Rio Grande do Norte e em outros estados brasileiros, é uma grande quantidade de ações na Justiça contra oficinas que quebraram deixando passivos trabalhistas para trás.

“Facção [oficina de costura] é um negócio que é seu, mas no qual você não manda”, brinca Janúncio Nóbrega, dono de duas oficinas de costura em Jardim do Seridó (RN) e tesoureiro da Associação Seridoense de Confecções, que congrega 26 faccionistas da região. “Você produz o que a empresa parceira

quer, o preço normalmente vem de lá e você dá férias [aos seus funcionários] quando a empresa grande [o cliente] dá aos funcionários deles”.

Essa falta de autonomia é uma das razões que leva muitos procuradores e

auditores do trabalho a questionarem a legalidade da terceirização no setor – já que, na prática, os “donos” dessas oficinas seriam as empresas contratantes, e os costureiros seriam seus funcionários. A criação de uma empresa

terceirizada, nesse contexto, é apenas uma forma de reduzir custos trabalhistas e “driblar” a responsabilidade pelos trabalhadores.

## INSERÇÃO DA ABVTEX NO POLO DO AGRESTE

Existem hoje no Brasil cerca de 3.500 fornecedores diretos e indiretos de roupas – confecções, oficinas subcontratadas, lavanderias etc. – que fazem parte do programa de certificação da ABVTEX. Apenas uma parte muito minoritária – cerca de 7 empresas, ou 0,2% do total – está instalada no polo de confecções do agreste pernambucano.

Em outubro de 2017, a associação deu início, em parceria com organizações empresariais e do poder público local, a um programa de capacitação para a inclusão de novas empresas no escopo do certificado. Desse modo, os empreendimentos locais que contem com o selo têm mais facilidade para negociar com as principais redes de varejo do Brasil.

De acordo com Edmundo Lima, diretor executivo da ABVTEX, os produtos importados não ultrapassam 30% das roupas que os grandes varejistas oferecem em suas lojas. “70% é nacional. Os grandes estão dedicados ao fast fashion, e para o fast fashion, uma moda rápida, você tem que ter a produção muito próxima do consumo. E por isso majoritariamente eles se abastecem, e sempre se abasteceram, da produção nacional”, disse ele no evento para o lançamento do programa

de capacitação da ABVTEX na região. “Nessa busca por novos fornecedores, a região Nordeste é uma que se apresenta com bastante competitividade”.

As dificuldades para a expansão da certificação no polo, no entanto, são várias. Uma delas é o custo necessário para se adequar às normas trabalhistas. Outra é o preço das próprias auditorias, pagas pelas fábricas interessadas em obter o certificado.

Além disso, confeccionistas potencialmente interessados também destacam entraves impostos pelo setor público local – como dificuldades para a obtenção de licença ambiental, alvará de funcionamento dos bombeiros, etc.

Outro desafio enfrentado por confeccionistas interessados em participar do “sistema ABVTEX” é a necessidade de aumentar o volume de produção. Isso requer a contratação de mais funcionários e, conseqüentemente, o aumento da receita para arcar com os custos. Tal cenário faz crescer a vulnerabilidade econômica do empregador em contextos em que a perda de clientes desorganiza seus negócios.

“O que o grande varejista busca é um fornecedor que queira crescer junto com ele. Isso é super importante. Invariavelmente, ao integrar uma cadeia global de valor, ou desses grandes varejistas, é importante que você mude a cultura da empresa. Ele vai te exigir, às vezes assusta. Mas espera, sim, que você queira crescer”, afirmou Edmundo Lima aos confeccionistas de Pernambuco.

“Que você chegue num determinado patamar e diga: ‘agora eu estou bem aqui e não quero mais crescer, porque eu vou ter mais é problema, mais dor de cabeça’ – isso, para um grande varejista, não é uma boa relação comercial”, complementa.

## FORNECEDORES DA MARISA

A Repórter Brasil identificou somente duas grandes redes, a Marisa e a Pernambucanas, atualmente mantendo uma rede de fabricantes no polo. A Marisa tem nove fornecedores diretos, cinco dos quais também fornecem para a Pernambucanas. Apesar da certificação ABVTEX ser requisito para fornecer para a Marisa, três deles não foram encontrados na lista de fornecedores e subcontratados pela entidade.

A Marisa, no entanto, já teve outros fornecedores na região no passado. A Repórter Brasil identificou dois casos de confecções que, entre 2016 e 2017, passaram a enfrentar grave crise financeira quando a rede de varejo interrompeu o relacionamento comercial com elas.

Como consequência, deixaram de pagar salários, verbas rescisórias e outros direitos trabalhistas. Dezenas de trabalhadores tiveram que buscar na Justiça o acesso ao seguro-desemprego e indenizações pelos direitos e salários não pagos.

## CASO 1: S2

### CONFECÇÕES E FACÇÕES LTDA

Em agosto de 2017, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Confecção de Caruaru (Sincrocar) conseguiu na Justiça do Trabalho o arresto dos bens da empresa. O objetivo era garantir verbas para o pagamento de dívidas trabalhistas. O sindicato alegou que a facção havia encerrado as atividades sem o pagamento de verbas rescisórias, além de manter diversos funcionários com salários atrasados.

Em processos individuais movidos por ex-trabalhadores da empresa, a Marisa também foi acionada por responsabilidade solidária. As ações alegavam que a facção foi criada com o único fim de atender às demandas do varejista, mantendo-a, ainda, como o seu único cliente.

As ações judiciais alegam que a S2 Confecções e Facções deixou de funcionar em abril de 2017, e que, nos meses anteriores, passou a atrasar salários. Além de dívidas salariais e de verbas rescisórias não pagas, são exemplos de outras irregularidades apontadas nos processos a falta de depósitos previdenciários e do FGTS, bem como a não concessão de férias.

Visando saldar as dívidas, a empresa firmou acordos judiciais com mais de uma dezena de trabalhadores. No entanto, deixou de cumpri-los e enfrenta hoje processos para o bloqueio de bens de seus sócios.

## CASO 2: EVIDENCE

### INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA

O quadro é muito semelhante. Também a partir de 2017, diversos trabalhadores da empresa procuraram a Justiça, alegando salários atrasados, falta de depósitos previdenciários e do FGTS, verbas rescisórias não pagas e uma série de outros problemas. Apesar de a empresa ter fechado as portas e dispensado a mão de obra, parte deles sequer teve a demissão registrada formalmente na carteira de trabalho. Tiveram que solicitar, na Justiça do Trabalho, a rescisão indireta dos contratos trabalhistas para ter acesso ao seguro-desemprego.

Ressalte-se que, em grande parte dos casos, os trabalhadores não chegaram a receber nenhum tipo de valor monetário como resultado do processo judicial. “Nessas ações, muitas vezes o acordo nem sequer prevê o pagamento em dinheiro de indenizações. O patrão dá uma máquina de costura como forma de saldar a dívida. Alguns trabalhadores vendem, outros começam a costurar em casa. Ou seja, voltam para a informalidade”, afirma Adlaianny Cristina da Silva, advogada de alguns dos ex-funcionários da Evidence.

A Repórter Brasil conversou com o dono de uma confecção com histórico de fornecimento para a Marisa na região. Entre os problemas no relacionamento com o varejista, que acabam induzindo à violação de direitos trabalhistas, ele destaca: 1) a pequena margem de lucro por peça, que não permite a formação de capital de giro para lidar com a perda de um cliente único; 2) a falta de contratos de longo, médio ou mesmo curto prazo – basicamente, a rede varejista pode deixar de encaminhar pedidos

quando quiser, deixando o confeccionista sem condições de arcar até mesmo com a demissão de funcionários; 3) as multas pelo atraso em entregas, que induzem a fábrica a produzir em jornadas de trabalho para além do limite legal.

Além dos processos de trabalhadores contra seus fornecedores, a Marisa também já foi alvo de dois inquéritos civis movidos pelo MPT de Pernambuco em 2013 e 2015. O primeiro devido a uma série de fiscalizações do Ministério do Trabalho que identificou as seguintes infrações de saúde e segurança em fornecedores no polo do agreste:

**1** Operar maquinário em desacordo com normas de segurança; manutenção de máquinas por meio de pessoas não credenciadas; falta de inventário do maquinário; falta de sistemas de segurança em zonas de perigo de máquinas;

**2** Falta de controle de jornada dos funcionários; falta de assentos adequados para a mão de obra; não realização de ajustes ergonômicos na fábrica; trabalhadores laborando em pé em desacordo com a lei; manter local de trabalho com nível de iluminação inadequado; falta de toalhas nos lavatórios e de banheiros em bom estado de asseio e higiene;

**3** Irregularidades no piso da fábrica; deixar de utilizar os meios técnicos apropriados para limitar ou facilitar o transporte manual de cargas; não manter saídas de emergência, portas e escadas adequadas; deixar de efetuar avaliação da exposição a riscos ambientais.

O inquérito foi arquivado após ser constatada a regularização dos problemas em parte dos fornecedores, e após uma outra parte ter assinado acordos com o MPT, prevendo a regularização dos problemas.

Em relação à investigação de 2015, tratou-se de uma apuração de possível terceirização ilegal na cadeia

de fornecimento do varejista. Também foi arquivada devido à assinatura de um acordo no qual a Marisa se

comprometia a monitorar as condições trabalhistas em fornecedores e subcontratados.

## POSIÇÃO DA INDÚSTRIA

À Repórter Brasil, a Marisa afirmou que os inquéritos foram arquivados por não serem constatadas irregularidades e que “mantém um Programa de Auditoria de Fornecedores desde

2010 em toda sua cadeia de fornecimento, envolvendo fornecedores e subcontratados. O programa avalia os critérios e a legislação que envolvem aspectos ambiental, trabalhista, de

segurança do trabalho, bem como de estrutura legal”. Além disso, a empresa afirmou que, por ser signatária da ABVTEX, sua cadeia de fornecedores é 100% certificada.



## UM CASO DE TRABALHO ESCRAVO

*O caso Mod'Griff*<sup>23</sup>

Os registros oficiais do extinto Ministério do Trabalho mostram que a grande maioria dos casos de trabalho escravo na produção de roupas ocorreu em São Paulo, dentro de facções de costura terceirizadas, empregando principalmente imigrantes sul-americanos. Há, no entanto, dois casos para

além do território paulista. Um deles ocorreu em 2020, em Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza. O outro, em 2013, no polo de confecções do agreste.

Em março de 2013, sete pessoas foram resgatadas da escravidão enquanto produziam roupas da marca

Mod'Griff, sediada em Toritama (PE) e especializada na produção de jeans. Os trabalhadores resgatados, todos informais, laboravam em uma facção caseira, localizada no município de Santa Maria do Cambucá (PE), vizinho a Toritama.



*Facção ligada à Mod'Griff onde foram encontrados os trabalhadores libertados*

No local, os auditores fiscais identificaram diversas irregularidades. Os trabalhadores não recebiam equipamentos de proteção; as instalações elétricas, precárias e sem aterramento, traziam grave risco de incêndio; além disso, o maquinário utilizado desres-

peitava diversas normas de saúde e segurança. Por conta disso, a fiscalização interditou a facção.

Outro problema constatado foi o pagamento abaixo do salário mínimo. A mão de obra recebia, em média, apenas 480 reais mensais. O valor, à época,

correspondia a apenas 74% do salário mínimo vigente. O valor era por produção, ou seja, por peça costurada.

O Ministério do Trabalho, ainda existente à época, considerou que a realidade laboral imposta feria a dignidade dos trabalhadores e se caracteri-

zava, nesse contexto, como degradante – um dos elementos caracterizadores do trabalho análogo ao escravo, de acordo com a lei brasileira.

A fiscalização considerou que os trabalhadores da facção estavam, na prática, estruturalmente subordinados à empresa dona da marca Mod'Griff. Por conta disso, ela foi considerada a verdadeira empregadora da mão de obra e responsabilizada pela situação

dos trabalhadores. A empresa “Wilma Figueiredo da Silva ME”, dona da marca Mod'Griff, foi incluída na “lista suja” em janeiro de 2014. Ela já não está mais nessa lista atualmente.

Segundo a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco (SRTE/PE), que coordenou a ação, quase todas as etapas da produção eram realizadas por facções terceirizadas. Elas trabalhavam exclusi-

vamente para a empresa detentora da marca. No total, eram 12 facções fornecedoras, das quais apenas uma tinha outros clientes. Não havia contrato formal com as facções, ou mesmo a emissão de nota fiscal dos serviços.

Além da costura, a Mod'Griff também terceirizava o corte das peças. Apenas a lavagem era feita numa empresa pertencente ao mesmo grupo familiar que controla a marca.

## CADEIA DE NEGÓCIOS

A Mod'Griff continua ativa em Toritama. Assim como a maior parte das empresas da região, ela comercializa seus produtos nas feiras do polo. Tem uma loja no Parque das Feiras de Tori-

tama, além de boxes na Feira de Caruaru e no Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe e uma loja de rua em Caruaru. Também envia por atacado – a partir de 30 peças – para todo o Brasil<sup>24</sup>. Em

2018, a indústria promoveu um desfile de sua coleção no Festival do Jeans em Toritama<sup>25</sup>.



Reprodução do Instagram da Mod'Griff

<https://www.instagram.com/p/BxFLPH3FyoD/>

## POSIÇÃO DA INDÚSTRIA

Apesar das insistentes tentativas de entrar em contato, por todos os canais divulgados pela marca (e-mail, telefone

e redes sociais), a Repórter Brasil não conseguiu uma resposta com um posicionamento da Mod'Griff sobre o caso.

Se a empresa vier a se manifestar, esta publicação será atualizada.

## A PANDEMIA DE COVID-19 NO POLO

As feiras do polo de confecções do agreste pernambucano, conhecidas como Feira da Sulanca (Caruaru), Feira do Jeans (Toritama) e Moda Center Santa Cruz, ficaram paradas por cinco meses, de março a agosto de 2020, devido à pandemia de Covid-19. O fechamento do comércio e a suspensão da produção aconteceram na véspera dos meses de maior circulação e venda para o setor, quando cerca de 150 mil pessoas por semana circulam nas feiras da região. Em 2021, o governo do estado retomou medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 e as feiras voltaram a fechar ou ter restrições de funcionamento.

Em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, quase toda a população depende do setor de confecção ou das feiras. Para piorar a situação, o fluxo de caixa desses microempreendimentos é semanal, isto é, logo que o dinheiro entra para o feirante ou pequeno confeccionista, é utilizado para a subsistência. As mulheres, que constituem a maioria das trabalhadoras informais, foram as que mais sofreram durante a pandemia e viram ir embora as condições de manter sua subsistência e a possibilidade de sair do ambiente doméstico.

Segundo um estudo do Sebrae<sup>26</sup>, há 22.025 pequenos negócios mais vulneráveis em Caruaru, dos quais 10.207 pertencem ao segmento do varejo e da moda (46,34%) e 13.162 são microempreendedores individuais (59,76%). Em Santa Cruz do Capibaribe, 81,1% dos pequenos negócios mais vulneráveis pertencem ao setor da moda e do varejo. Em Toritama, é ainda pior, dos 3.005 pequenos negócios mais vulneráveis, 2.249 pertencem ao segmento da moda e 280 do varejo tradicional, totalizando 86,16%.

Outro dado preocupante é que 98% das empresas no polo de confecções do Estado são de micro ou pequeno porte. Sem capacidade financeira para aguentar longos períodos de paralisação, muitas delas não conseguiram evitar demissões e/ou acabaram fechando suas portas. Até maio de 2020, 100 empresas formais haviam encerrado suas atividades<sup>27</sup>. Já os trabalhadores informais tiveram que vender suas máquinas e empreender em outra área.

Como forma de evitar maiores danos às empresas da região, o Núcleo Gestor da Cadeia têxtil e de Confecção de Pernambuco (NTCPE) lançou o programa Máscara para Todos. A iniciativa, que conta com o apoio do governo estadual, envolve mais de 100 micro e pequenas empresas na fabricação de equipamentos de proteção individual contra o coronavírus. Para isso, foram desenvolvidos manuais técnicos para orientar as empresas para a fabricação de máscaras e um selo de conformidade para garantir a padronização da produção. Também foram oferecidas transferência de tecnologia, capacitação e treinamento e linhas de financiamento para as empresas da região, permitindo a elas manter empregos e suas atividades.

Ao todo, pelo menos 10 milhões de EPIs foram produzidos durante a pandemia, envolvendo mais de 2.000 profissionais do polo. Outras iniciativas também foram colocadas em prática para proteger os trabalhadores das confecções, principalmente as mulheres.

Parte importante da cadeia produtiva, as costureiras informais foram as que mais sofreram durante a pandemia. Algumas delas, além de perderem a renda das vendas nas feiras e na produção das faixões, não conseguiram ter acesso ao auxílio emergencial, por não estarem cadastradas nas plataformas de programas sociais ou por não preencherem os requisitos para

receber o benefício. Isso, somado aos poucos recursos financeiros dos municípios e ao aumento dos gastos com o setor de saúde, impactou também as políticas assistencialistas, aumentando a vulnerabilidade dessas mulheres.

## VOZES DA MODA

Uma dessas iniciativas ocorre no âmbito do projeto Vozes da Moda, que busca construir um diagnóstico sobre as condições de trabalho na indústria da moda e da confecção no agreste pernambucano, além de avaliar como as políticas públicas e as políticas corporativas podem ajudar a melhorar as condições de trabalho.

Inicialmente foram realizadas formações e discussões sobre as relações de gênero, sobre as condições de trabalho e posições que ocupam no mundo do trabalho, sobre a proteção social e os direitos trabalhistas que a atividade proporciona. A partir daí, tem-se buscado construir ações coletivas para melhoria das condições de trabalho. Com a pandemia, o projeto conseguiu doar um valor mensal para auxiliar na renda dessas mulheres. Além disso, promoveu a organização coletiva de kits com sabão, máscaras e outros equipamentos de proteção individual, para serem vendidos por elas para poderem complementar a renda.

O projeto busca reunir múltiplos atores, como empresários, poder público, trabalhadoras e trabalhadores do setor de confecção do agreste pernambucano para debater as condições de trabalho e promover o desenvolvimento sustentável da atividade. O projeto é realizado em parceria com o Instituto Ethos, a Repórter Brasil e o Dieese e conta com apoio institucional e financeiro da Fundação Laudes. O InPACTO (Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo) também participou da primeira fase do projeto.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da importância econômica do setor de confecções e têxteis, os ganhos são distribuídos de maneira desigual ao longo da cadeia produtiva. Os mais explorados são os trabalhadores, em sua maioria informais e mulheres, que realizam a costura das peças e o acabamento final do produto.

É comum a terceirização da produção para fábricas que operam no ambiente doméstico e em condições que colocam em risco a saúde e a segurança dos trabalhadores, que se submetem a longas jornadas de trabalho na tentativa de aumentar os ganhos, já que recebem por peça. Além disso, é comum o envolvimento de outros membros da família como crianças e adolescentes no trabalho, para ajudar a cumprir o contrato de fornecimento.

A existência de um grande contingente de trabalhadores nessas condições faz com que o preço da peça costurada seja ditado pelo contratante, praticamente anulando a possibilidade de negociação entre as partes e diminuindo drasticamente o preço pago por peça. Além disso, o fato de ser um trabalho pulverizado e no âmbito domi-

niar impede o engajamento das trabalhadoras em associações e organizações coletivas para discutir as condições de trabalho, garantir um preço justo pelo trabalho realizado e reivindicar direitos trabalhistas e proteção social.

A Reforma Trabalhista de 2017, que aprovou a terceirização das atividades-fim das empresas, contribuiu para legalizar violações de direitos, aumentar a precarização do trabalho e enfraquecer as fiscalizações. No entanto, a informalidade, o baixo valor e qualidade das peças ao mesmo tempo que impedem o investimento em melhorias no sistema produtivo, na qualificação técnica de funcionários e no desenvolvimento de tendências de moda, sustentam a movimentação econômica do polo. Isso porque o grande atrativo está nos preços baixos e na grande variedade de peças, ainda que cópias das grandes marcas.

Cada vez mais, há empresas investindo em coleções próprias, buscando conquistar mercados consumidores com poder aquisitivo maior e conseguir maior capilaridade pelo país. Nessas empresas, a maioria dos tra-

balhadores são formalizados, em parte porque os grandes varejistas têm exigido a formalização das relações de trabalho e respeito à legislação com registro de horas, tempo de descanso, férias remuneradas, entre outros direitos. Por outro lado, as empresas localizadas no topo da cadeia produtiva acabam se beneficiando das terceirizações e quarteirizações que ocorrem no setor, já que conseguem aumentar sua margem de lucro com o baixo preço pago pelas mercadorias.

Nesse sentido, as certificações como o selo ABVTEX são importantes mecanismos para fortalecer a transparência e a segurança, tanto das empresas como dos trabalhadores, mas não garantem que monitoramentos e políticas próprias de responsabilidade social sejam suficientes para evitar violações trabalhistas, uma vez que, como vimos, empresas certificadas já foram flagradas com irregularidades. Além disso, o alto custo para atender aos requisitos exigidos para a certificação impedem que mais empresas consigam entrar no programa.



*Feira da Sulanca*



# RECOMENDAÇÕES

## PODER PÚBLICO

- Apoio para os pequenos e micro-empresendedores para capacitação técnica, acesso facilitado a créditos, incentivo da formalização para melhorar a qualidade do trabalho e uma reforma tributária justa e simplificada;
- Aumento da oferta e da qualidade de serviços públicos voltados principalmente para apoiar a inserção das mulheres no mercado de trabalho e promover oportunidades para crianças, adolescentes e jovens, como creches, escolas e atividades culturais;
- Fortalecimento das fiscalizações trabalhistas e ambientais e criação de leis que protejam os trabalhadores das longas cadeias de suprimentos e que permitam responsabilizar as empresas localizadas em seu topo, investimentos em infraestrutura, diversificação da atividade econômica e promo-

ção de diálogos com empresários, trabalhadores, sindicatos e sociedade civil para encontrar soluções conjuntas.

## EMPRESAS

- Monitoramento da cadeia produtiva, exigindo responsabilidade de seus fornecedores, com o pagamento de salários decentes e de um preço justo pelas peças;
- Manutenção de condições de trabalho adequadas e respeito às legislações trabalhistas e ambientais;
- Transparência para o público sobre seus fornecedores e mecanismos de monitoramento.

## SINDICATOS E

## ORGANIZAÇÕES

## SOCIAIS E ENTIDA-

## DES DO SETOR

- Criação de projetos que possam contribuir técnica e financeiramente para que as/os trabalhadoras/es saiam de situações de precariedade e migrem para melhores condições de trabalho com perspectiva de contribuição previdenciária;
- Fortalecimento de uma moda sustentável capaz de promover justiça de gênero, igualdade social, melhores condições de vida e de trabalho;
- Promoção de diálogo entre o setor público, privado e trabalhadores para a construção de caminhos coletivos para se alcançar sustentabilidade no setor.



FOQUE  
Seu jeito  
prático e leve

Feira da Sulanca

# NOTAS

- 1** Abit: <https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>
- 2** IBGE: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1719/pia\\_2018\\_v37\\_n1\\_empresa\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1719/pia_2018_v37_n1_empresa_informativo.pdf)
- 3** <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/cotton.pdf>
- 4** <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/05/19/agronegocio-brasil-segundo-lugar-exportacoes-algodao.htm>
- 5** Sem fibras de algodão.
- 6** Abit.
- 7** Para mais informações, acesse: [https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Fast-Fashion\\_VFinal.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Fast-Fashion_VFinal.pdf)
- 8** <https://reports.modifica.com.br/fios-da-moda/>: MODEFICA, FGVces, REGENERATE. Fios da Moda: Perspectiva Sistêmica Para Circularidade. São Paulo, 2020.
- 9** MODEFICA, FGVces, REGENERATE: Fios da Moda: Perspectiva Sistêmica para Circularidade. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://reports.modifica.com.br/fios-da-moda/>
- 10** Para mais informações sobre trabalho escravo em lavouras de algodão acesse: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2010/03/09/algodao-subsidios-retaliacao-e-trabalho-escravo/>
- 11** Manufaturas têxteis e vestuários.
- 12** Varejo de vestuário, cama, mesa e banho.
- 13** [http://abit-files.abit.org.br/site/links\\_site/2020/12\\_dezembro/iemi\\_apresentacao\\_abit101220.pdf](http://abit-files.abit.org.br/site/links_site/2020/12_dezembro/iemi_apresentacao_abit101220.pdf)
- 14** <https://paineis-lai.sebrae.com.br/single/?appid=f9c6ba40-ae97-4aee-804e-45e1-a4bd-31363554586b&opt=currsel&select=clearall>
- 15** Pesquisa Sebrae –O impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios –10ª edição. Coleta: 25 de fevereiro a 1 de março.
- 16** <https://www.mascarasparatodos.org.br/pagina/institucional.html>
- 17** <https://agrestetex.com.br/>

**18** <https://www.bnb.gov.br/documents80223/3022339/Caruaru-PE-2019.pdf/79e24253-2aca-8f00-7b-29-5c1587f160b8>

**19** <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/Estudo-Consolidado-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-SEBRAE-PE.pdf>

**20** Sebrae: “Estudo Econômico do APL de Confecções do Agreste” : <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20-%202007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf>

**21** “As condições de vida e trabalho das mulheres inseridas no setor de confecções em Pernambuco e no Rio de Janeiro” – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Instituto C&A.

**22** O antigo Ministério do Trabalho foi extinto durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, tendo suas atribuições divididas entre o Ministério da Economia (onde foi criada a Secretaria do Trabalho) e o Ministério da Cidadania.

**23** Informações retiradas do relatório de fiscalização do Ministério do Trabalho.

**24** <https://www.instagram.com/modgriffjeans/?hl=pt-br>

**25** <http://revistaziper.com.br/2018/05/09/modgriff-leva-vibe-rockstar-para-passarela-do-17o-festival-do-jeans-de-toritama/>

**26** <https://paineis-lai.sebrae.com.br/single/?appid=f9c6ba40-ae97-4aee-804e-2eff863f4a6f&sheet=ce0f-6f6d-5f3f-45e1-a4bd-31363554586b&opt=cursel&select=clearall>

**27** <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/05/20/polos-de-confeccoes-sofrem-com-pandemia.ghml>